



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento



Maria Izabel Machado
(Organizadora)

Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D536	<p>Diálogo conceitual e metodológico das ciências sociais aplicadas com outras áreas do conhecimento 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-99-7 DOI 10.22533/at.ed.997201504</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Machado, Maria Izabel.</p> <p style="text-align: right;">CDD 302.072</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra Diálogo Conceitual e Metodológico das Ciências Sociais Aplicadas com outras Áreas do Conhecimento nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, razão pela qual os capítulos que seguem estão organizados por afinidade temática e/ou metodológica.

Do uso de softwares para inclusão, passando pelo design de cidades e ambientes, o que se destaca nos dois volumes aqui apresentados são as imbricações entre áreas de conhecimento com vistas a tornar a vida viável.

Diversos em suas metodologias e métricas áreas como economia, administração, arquitetura, geografia, biblioteconomia, entre outras, confluem na preocupação com necessidade de compreender o mundo, superar seus desafios e propor caminhos que apontem para a o uso sustentável do solo, o direito à cidade, o acesso ao conhecimento.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A NATUREZA JURÍDICA DA DECISÃO QUE JULGA PROCEDENTE A AÇÃO DE FALÊNCIA	
Daniel Gomes de Oliveira Guerreiro Celina Rizzo Takeyama	
DOI 10.22533/at.ed.9972015041	
CAPÍTULO 2	15
AS FACÇÕES CRIMINOSAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO	
Camila Virissimo Rodrigues da Silva Moreira Lorenzo Pazini Scipioni	
DOI 10.22533/at.ed.9972015042	
CAPÍTULO 3	28
COMUNICAÇÃO INTERNA: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DA ÁREA DA SAÚDE	
Marcia Dayana Fernandes Cláudia Marcele de Campos Flávio Bortolozzi Keyla Christina Almeida Portela Alexandre José Schumacher	
DOI 10.22533/at.ed.9972015043	
CAPÍTULO 4	40
CIDADE, ARTE E ARQUITETURA: ESPAÇO FÍSICO, ESPAÇO VIVENCIADO	
Marlise Paim Braga Noebauer David Merkle	
DOI 10.22533/at.ed.9972015044	
CAPÍTULO 5	58
CASAS INTELIGENTES: NOVO OLHAR SOBRE O CONCEITO DE MORAR	
Luiza Moraes Cosso Flávia Jacqueline Miranda Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.9972015045	
CAPÍTULO 6	69
AUTOMAÇÃO DAS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA: A EXPERIÊNCIA COM O SOFTWARE SGBIBLIOTECA	
Anderson Francisco de Souza Almeida Cristiana Guerra Matos	
DOI 10.22533/at.ed.9972015046	
CAPÍTULO 7	73
ACESSO À INFORMAÇÃO ACADÊMICA ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ASSISTIVAS: INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS	
Leticia Priscila Azevedo de Sousa Glaucilene Mariano Sales	

Marília Santos Macedo

DOI 10.22533/at.ed.9972015047

CAPÍTULO 8 77

ESTUDO SOBRE EFEITOS DO FENÔMENO DE UNDERPRICING EM OFERTAS PÚBLICAS INICIAIS NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 A 2016

Bruna Pascualin Tonon

DOI 10.22533/at.ed.9972015048

CAPÍTULO 9 89

INFORMAÇÃO PÚBLICA E INFORMAÇÃO CORPORATIVA: UMA REFLEXÃO SOBRE A TRANSPARÊNCIA DOS ALGORITMOS PREDITIVOS NAS CIDADES INTELIGENTES

Suzana Mayumi Iha Chardulo

Francisco Carlos Paletta

DOI 10.22533/at.ed.9972015049

CAPÍTULO 10 95

MITOLOGEMAS E INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FRENTE ÀS BARREIRAS HISTÓRICO-CULTURAIS

André Felipe Mautoni Monsores

Edneusa Lima Silva

DOI 10.22533/at.ed.99720150410

CAPÍTULO 11 106

PERCEPÇÃO DOS CONTROLLERS SOBRE A UTILIDADE DE SEUS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INTELIGENCIA COMPETITIVA DAS ORGANIZAÇÕES

Percival Queiroz

Josemar Ribeiro de Oliveira

Sofia Inês Niveiros

DOI 10.22533/at.ed.99720150411

CAPÍTULO 12 124

UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE JUIZ DE FORA: CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Gabriela Cruz Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.99720150412

CAPÍTULO 13 136

TECNOLOGIA INCLUSIVA EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: UMA PROPOSTA DE USO

Glaucilene Mariano Sales

Letícia Priscila Azevedo de Sousa

Marília Santos Macedo

DOI 10.22533/at.ed.99720150413

CAPÍTULO 14	139
PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE POR MEIO DA IDENTIFICAÇÃO BRAILLE DO ACERVO DE BIBLIOTECAS NO IFAM: AGENDA 2030 COMO DOCUMENTO NORTEADOR	
Layde Dayelle dos Santos Queiroz Priscila Pessoa Simoes	
DOI 10.22533/at.ed.99720150414	
CAPÍTULO 15	148
PROJETO PERSONA: CONHECER PARA APRENDER A APRENDER	
Cicero Eduardo de Sousa Walter Rafael Ângelo dos Santos Leite	
DOI 10.22533/at.ed.99720150415	
CAPÍTULO 16	160
PROCURANDO POR INOVAÇÃO? QUE TAL USAR UMA FERRAMENTA GRATUITA PARA PROCURAR EM 110 MILHÕES DE PATENTES?	
Arnaldo Di Petta Renato Ribeiro Nogueira Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.99720150416	
CAPÍTULO 17	180
OS DESAFIOS E DILEMAS ENFRENTADOS PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN_CCJE_UFRJ PARA ADEQUAR O ACERVO AOS NOVOS USUÁRIOS INGRESSANTES COM DEFICIÊNCIA VISUA	
Priscila Gonçalves Soares Josiane Silva de Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.99720150417	
CAPÍTULO 18	188
O MERCADO CONSUMIDOR E O DESCARTE DE CELULARES: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO CONSUMO DE “IPHONES” E OS SEUS EFEITOS NA LOGÍSTICA REVERSA DE PÓS-CONSUMO DA APPLE	
Anna Paula Alves Panetta	
DOI 10.22533/at.ed.99720150418	
CAPÍTULO 19	202
O PAPEL DA BIBLIOTECA PÚBLICA E A LEITURA EM REGIÃO DE POBREZA: UM ESTUDO DE CASO NA BIBLIOTECA PÚBLICA DE FUNDÃO	
Gabriela de Oliveira Gobbi	
DOI 10.22533/at.ed.99720150419	
CAPÍTULO 20	213
O BIM NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DESIGNERS PARA AMBIENTES E AS PERSPECTIVAS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL	
Edgardo Moreira Neto Thais Mendes Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.99720150420	
SOBRE A ORGANIZADORA	229
ÍNDICE REMISSIVO	230

UM ESTUDO SOBRE O NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE JUIZ DE FORA: CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Data de aceite: 01/04/2020

Data de submissão: 26/12/2019

Gabriela Cruz Rodrigues

Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora

Juiz de Fora – Minas Gerais

<https://www.cnpq.br/cvlattesweb/>

PKG_MENU.menu?f_

cod=ACE837ED2D338158A927E18576B20A55#

RESUMO: O artigo a seguir traz um panorama sobre o Núcleo Histórico Urbano, NHU, situado na região central da Cidade de Juiz de Fora. O decreto é estruturado por uma série de seções de vias onde as principais são, a Rua Halfeld e a Marechal Deodoro. Além do NHU a área destacada pelo decreto apresenta outros conjuntos paisagísticos registrados no livro do tombo. A região possui intensa atividade comercial, determinada por figuras importantes do município desde meados do século XIX. A falta de um planejamento urbano direcionado às duas demandas, comerciais e socioculturais, dificulta a integração dos mesmos em prol de uma valorização do local. Como espelho, as análises foram feitas na Rua Marechal Deodoro, ela possui uma densa dinâmica social associada ao comércio formal e ao informal. Foi compreendido que tanto as construções sociais quanto as arquitetônicas devem ser

consideradas em núcleos de patrimônio urbano. A falta de um planejamento urbano direcionado às demandas do local dificulta que o mesmo se desenvolva junto à cidade. Através de análises fotográficas e morfológicas foram constatadas ações de requalificação em prol de um desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável; patrimônio urbano; núcleo histórico urbano de Juiz de Fora.

A STUDY ABOUT THE URBAN HISTORICAL CORE OF JUIZ DE FORA: CONFLICTS AND POSSIBILITIES

ABSTRACT: The following article provides an overview of the urban historical core of Juiz de Fora, UHC, located in the central region of Juiz de Fora. The decree is structured by a series of road sections where the main ones are Halfeld Street and Marechal Deodoro. In to the NHU the area highlighted by the decree features other landscape sets recorded in the book of the fall. The region has intense commercial activity, determined by important figures of the municipality since the mid-nineteenth century. The lack of urban planning directed to both commercial and sociocultural demands makes it difficult to integrate them in order to enhance the locality. As a mirror, the analyzes were made in Marechal Deodoro Street, it has a dense social

dynamic associated with formal and informal commerce. It was understood that both social and architectural constructions must be considered in urban heritage nuclei. The lack of urban planning directed to local demands makes it difficult to develop with the city. Through photographic and morphological analyzes, requalification actions were found in favor of sustainable development.

KEYWORDS: Sustainable development; urban patrimony; urban historical core of Juiz de Fora

1 | INTRODUÇÃO

A proteção de bairros antigos pode ser concebida dentro de uma perspectiva geral, levando em consideração os edifícios com valor cultural, dos mais importantes aos mais modestos, sem deixar de lado os da época moderna, assim como o ambiente em que se integram. (Declaração de Amsterdam, 1975)

Pode-se dizer que a cidade de Juiz de Fora, o complexo de onde surgiu a urbe, emergiu do perímetro hoje definido em decreto como Núcleo Histórico Urbano (NHU). Localizado no centro da cidade, a região contém marcos do seu desenvolvimento. Hoje sua memória é protegida em edifícios tombados e conjuntos paisagísticos. Além disso, a região central tem a maior densidade de imóveis tombados em comparação com as demais regiões da cidade e o NHU envolve uma grande quantidade desses bens.

Atualmente em Juiz de Fora, os decretos que regulamentam intervenções em patrimônio cultural somente se aplicam, em lei, às edificações tombadas individualmente e em seu entorno imediato. Existe também um agenciamento direcionado aos conjuntos históricos menores, como o conjunto da Praça da Estação e o Largo do Cine-Theatro Central, que recebem uma gestão mais direcionada, devido à grande presença de edificações tombadas ao redor dos largos que os configuram.

A região do Núcleo Histórico Urbano (NHU) equivale a grande parte do centro comercial da cidade de Juiz de Fora, logo muitos imóveis passam por adequações publicitárias e tipológicas com frequência para atender às demandas do mercado. A atividade comercial está presente nesta região desde o fim do século XIX, no Álbum do Município do ano de 1915 Albino Esteves relata que o comércio de necessidades é desenvolvido e merece ser registrado, como um dos primeiros de Minas (ESTEVES, 1915, p.291).

O interesse de se preservar a memória da cidade e as práticas comerciais podem ser conflitantes, por isso o município regeu um decreto, de nº 8637/2005, que limita as intervenções de engenhos de divulgação de publicidade e toldos em imóveis tombados. Estas várias legislações que visam a preservação do patrimônio acabam sendo consideradas um fardo pelos proprietários, principalmente por aqueles que só

se utilizam dos imóveis com finalidade financeira.

A falta de um planejamento urbano que englobe todo o NHU dificulta a valorização e a leitura do conjunto como um todo. Monumentos e sítios isolados terão sua salvaguarda mais completa se integrados à planejamento urbano de interesse sociocultural, um diálogo entre conservadores e planejadores se faz indispensável.

A Rua Marechal Deodoro e a Rua Halfeld estruturam o NHU e possuem o maior número de edificações tombadas. Além disso elas interligam os conjuntos e núcleos paisagísticos menores presentes no perímetro do núcleo. As duas vias são umas das mais antigas do município, logo carregam um vasto histórico de intervenções urbanas, entretanto somente a Halfeld passou por ações de requalificação condizentes com suas demandas socioculturais.

A Rua Marechal Deodoro sempre foi um importante via comercial que, além de resguardar uma série de imóveis de valor histórico-cultural e institucional, abriga a maior densidade de comércio formal e informal da região central, conformando-se como um espaço complexo. Como espelho das análises, o trecho entre as avenidas Rio Branco e Francisco Bernardino será avaliado visando conscientizar que é preciso alinhar o uso comercial aos seus valores urbanísticos culturais e memoriais, funcionando como um reflexo a ser absorvido pelo NHU.

Através das análises visuais e morfológicas foi identificado a falta de legibilidade e de estrutura urbana que consagrem todo o NHU e suas dinâmicas urbanas. Entendendo a importância do usuário para ambos os interesses, comerciais e socioculturais, um ambiente de qualidade é muito relevante.

Visando constatar a relevância do patrimônio edificado e suas atividades comerciais para a região, tanto as formais quanto as informais, estudos de campo e levantamentos fotográficos serão apresentados. O objetivo é afirmar a viabilidade de um desenvolvimento que sustente, as atividades ali presentes e a salvaguarda do patrimônio edificado integrados à requalificação da estrutura urbana em prol de um ambiente de qualidade.

2 | HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E OS CONJUNTOS PAISAGÍSTICOS

No dia 2 de maio de 1856 a vila do Paraibuna, antigo nome do vilarejo onde hoje se encontra Juiz de Fora, foi elevada a cidade (LESSA, 1985, p.64). A cidade continha suas repartições municipais e posteriormente a maioria de suas Igrejas ao redor da Praça Municipal, futuro Parque Halfeld, existia ali também a cadeia e posteriormente a primeira Câmara Municipal. O parque Halfeld hoje possui um decreto que engloba seu perímetro e edificações tombadas são protegidas por seus decretos individuais.

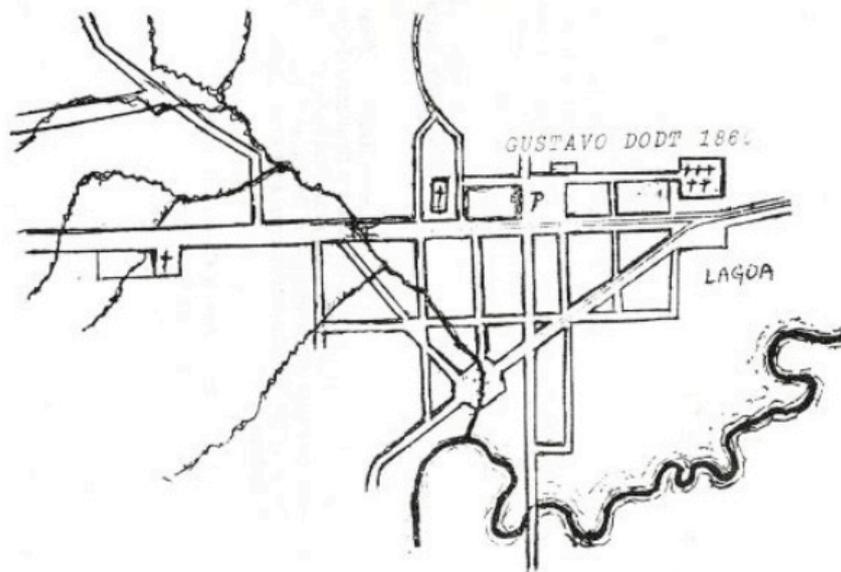


Figura 1: Planta de Juiz de Fora confeccionada em 1860

Fonte: LESSA, 1985, p.82

Podemos observar na planta encomendada pela Câmara, o “p” marcando o local onde hoje se encontra o Parque Halfeld. Nota-se a configuração de um triângulo entre duas das ruas mais largas, ele é comumente chamado de triângulo central. A Rua Halfeld e a Marechal Deodoro se localizam nas laterais do parque e se estendem até quase alcançarem o rio, podemos ver que a Halfeld cruza o rio através de uma ponte.

“Em 1887, a população de Juiz de Fora não havia atingido ainda dez mil habitantes. Já era, contudo, a cidade uma das principais da Província, e para ela se voltavam as atenções de todo País, de vez que seu progresso, iniciado com seu nascimento, pouco mais de trinta anos antes, e acentuado com a construção da Estrada União Indústria, inaugurada em 1861, assim como pelas Estradas de ferro, que vieram logo depois, era já então notável e seduzia os ambiciosos da fortuna, que aí encontravam largo campo para o desenvolvimento de suas atividades.” (OLIVEIRA, 1985, p11.)

O município acompanhou o desenvolvimento das maiores cidades do Brasil, tendo os avanços refletidos também em sua estrutura urbana, havia no final do século XIX bondes puxados à cavalo e iluminação urbana noturna a gás. Como relata Albino Esteves no Álbum do município do ano de 1915, o centro continha a maior quantidade de indústrias devido a facilidade do escoamento de produtos e ao acesso direto ao comércio. Neste álbum é relatada a presença de 69 fábricas, sendo que 20 delas se encontram na Rua Halfeld. A facilidade do escoamento de produtos era possível devido a ferrovia D. Pedro II, inaugurada no município de Juiz de Fora em 1877, estimulava a presença das fábricas em suas proximidades.

“ poucas cidades brasileiras possuirão o brilhante movimento industrial que Juiz de Fora demonstra, por esforço de iniciativa particular, assinalado, assim, a punjança

Dez anos depois da inauguração da estação dois cidadãos chegam à cidade, Bernardo Mascarenhas e Pantaleone Arcuri. Os dois iriam impulsionar o desenvolvimento do município, Mascarenhas com a fábrica de tecido e a Cia Mineira de Eletricidade, onde foi pioneiro na América do Sul, e Arcuri realizando importantes obras e inovando com novas técnicas e materiais de sua própria fábrica (OLIVEIRA, 1985, p.).

O Núcleo Histórico engloba o núcleo correspondente à Praça da Estação e a Praça Antônio Carlos, interligadas pelo desenvolvimento fabril elas representam uma época em que o município recebeu apelido de Manchester Mineira, devido a produção industrial. A Praça Antônio Carlos é configurada por um largo com perímetro definido pela fábrica dos Arcuri e do Mascarenhas, além de ser o Largo da Alfândega.

“Quando Pantaleone Arcuri se estabeleceu na rua do Espírito Santo, no mesmo local onde estão hoje suas indústrias e a sua casa comercial, o que havia em frente era um pantanal, que foi sendo aos poucos aterrado, transformando-se em amplo logradouro público (Largo da Alfândega), e afinal mereceu maior carinho da administração municipal que, depois de ajardiná-lo, deu-lhe a denominação de praça Presidente Antônio Carlos. “ (OLIVEIRA, 1985, p.31)

Adentrando o século XX o município já havia ampliado seu desenvolvimento com bondes e iluminação pública elétrica. O meio urbano era propício ao desenvolvimento e as construções feitas pela Construtora Pantaleone Arcuri se disseminavam pelo triângulo central. O Conjunto Paisagístico da Praça João Pessoa, definido em decreto marca o início da apropriação cultural da Rua Halfeld. Ele resguarda o largo em frente ao Cine Teatro Central, o primeiro edifício com tal finalidade também foi o precursor da construção em concreto armado (OLIVEIRA, 1985, p.57). O largo à frente do Teatro está localizado na Rua Halfeld e é emoldurado por dois edifícios construídos em Art Déco, os três são bens tombados individualmente e definem o conjunto da Praça.

“Foi assim que surgiu no mesmo lugar do antigo e sempre lembrado Politeama o Teatro Central, um dos melhores do Brasil. Toda a pintura, de notável efeito, foi realizada por Angelo Bigi, que também se encarregou do pano de boca, cabendo ao engenheiro Ferruccio Sangiorgio, da Casa A Radial, a direção da instalação elétrica e ao sr. Manoel Machado, do Rio de Janeiro, a montagem dos acessórios do palco. “ (OLIVEIRA, 1985, p.56)

Tendo em vista todos os períodos de desenvolvimento citados podemos concluir que a região central é marcada por conjuntos históricos que marcaram o desenvolvimento urbano do município. O mapa a seguir mostra como essas regiões se convergem, os perímetros foram traçados a partir dos decretos de conjuntos paisagísticos e núcleos históricos criados acima.

Desta forma, como citado no decreto do Núcleo Histórico Urbano de Juiz de Fora, a região consagrada é constituída pelos marcos do desenvolvimento da urbe juiz-forana. O complexo definido no decreto abaixo possui algumas restrições de intervenção, entretanto são aplicadas somente às edificações já tombadas individualmente. Em dimensão do conjunto urbano só se aplica a diretriz que obriga toda construção nova a passar pelo conselho de patrimônio do município.



Imagem 02: Núcleo Histórico Urbano de Juiz de Fora e os conjuntos paisagísticos.

Fonte: Elaborado pela autora sobre base cartográfica do município.

3 | ATIVIDADE COMERCIAL E O CENTRO

Em 1877 o número de hotéis começou a crescer devido à grande população flutuante, eram viajantes comerciais, compradores de café, companhias teatrais, família visitando estudantes e pessoas da região atrás de serviços e artigos de variáveis necessidades (LESSA, 1985, p.130). A estação ferroviária na cidade de Juiz de Fora alavancou a ocupação da região abaixo da Av. Getúlio Vargas, nas proximidades haviam muitos hotéis e comércios.

No ano de 1890, após visitar a Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris, Batista de Oliveira tinha a intenção de criar uma semelhante no município para diplomar os futuros comerciantes juiz-foranos. Inaugurada alguns anos depois, após muita discussão, teve o apoio de uma sociedade anônima e dos bancos locais para ser construída (LESSA, 1985, p. 277).

“A 20 de Fevereiro, a imprensa daqui abraçou a campanha e publicou que a futura Academia tornaria seus “diplomados aptos para gerencia de estabelecimentos industriais, comerciais, bancários, consulados, administradores de alfândegas”. (LESSA, 1985, p. 277)

O começo do século XX foi marcado pela promoção do comércio e da cultura,

devido ao início das feiras livres, da construção da Galeria Pio X e do Teatro Central e da inauguração do Museu Mariano Procópio. A cidade ampliou sua malha urbana e desenvolveu seu centro comercial, agora as edificações eram construídas em concreto armado, possibilitando mais pavimentos e usos residenciais e comerciais no mesmo edifício. Após a implantação bem-sucedida da Galeria Pio X outras foram surgindo e se-acumulavam no triângulo central.

Esta fase do desenvolvimento municipal contribuiu para uma grande quantidade de imóveis de valor histórico, cultural e artístico. No final do século XX o patrimônio edificado do centro estava comprometido devido à falta de terrenos vazios para se investir, o que resultou em demolições equivocadas de imóveis presentes no Pré-inventário dos Bens Culturais do início dos anos 80.

“vários desses imóveis relacionados no inventário se encontravam na área nobre da cidade, o que significa dizer que possuíam um grande apelo para o setor imobiliário enquanto possibilidades de investimento. Como na maioria das cidades, a área central de Juiz de Fora se encontrava congestionada, sem a possibilidade de novos empreendimentos em terrenos não construídos. “ (AZEVEDO; JABOUR J., 2012, p.42)

4 | NÚCLEO HISTÓRICO URBANO DE JUIZ DE FORA

“Certamente se considerarmos a cidade como artefato, tal como os arqueólogos, podemos afirmar que tudo que se acumula é signo de progresso; mas isso não impede que existam diferentes avaliações desse progresso. ” (ROSSI, 2001, p.252)

Este acúmulo de signos pode ser identificado nas permanências e alterações de imóveis de cunho histórico e social no centro de Juiz de Fora. Os imóveis tombados conseguem sobreviver às demolições, mas passam por intervenções que inibem a compreensão dos mesmos como elementos de valor histórico e cultural.

No caso do Núcleo Histórico Urbano de Juiz de Fora, a maior ameaça é a falta de uma linguagem única na comunicação com os usuários ativos da região central. Algumas ruas possuem uma leitura mais unificada e funcional, pois possuem estrutura morfológica condizente com suas funções sociais. A Av. Rio Branco e a Rua Halfeld, entre a Rio Branco e Getúlio Vargas, exemplificam este fato, logo que sua tectônica foi planejada para atender aos planos de revitalização do centro. As intervenções consistem na melhoria de sua estrutura para proceder a antigas e novas dinâmicas sociais, como na avenida Rio Branco que há anos possui faixa exclusiva para ônibus e estações com recintos além de faixas elevadas em travessias de grande fluxo de pedestres. A rua Halfeld foi transformada em calçadão dedicado com exclusividade à pedestres na década de 70 e teve o enterramento da sua rede elétrica, com adoção de iluminação no nível dos pedestres.

Estas vias fazem parte do NHU e na lógica de relevância das intervenções

em prol de uma leitura urbana mais compreensível, outras vias centrais também necessitam de um melhor agenciamento.

Entendendo que a vitalidade da área central está diretamente ligada à presença de seus usuários, é indispensável o planejamento urbano em prol de um ambiente de qualidade. Por meio de análises visuais foi identificada a subutilização da paisagem cultural e a falta de gerenciamento e estrutura que reafirme as construções sociais das demais vias.

“No processo de orientação, o elo estratégico é a imagem ambiental, o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação. A necessidade de reconhecer e padronizar nosso ambiente é tão crucial e tem raízes tão profundamente arraigadas no passado, que essa imagem é de enorme importância prática e emocional para o indivíduo.” (LYNCH, 1997 pag. 04)

Entendendo que a região do Núcleo Histórico Central resguarda o maior número de comércios em um mesmo local de edificações tombadas, e que os significados de ambas não se sustentam sem a presença da população, uma reorganização de sua análise em concordância se faz necessária. Usando como referência as análises de Kevin Lynch e Gordon Cullen a legibilidade das funções socioculturais da região é trazida como objeto primário do diagnóstico. Pois uma linguagem clara do todo constitui uma base valiosa para o desenvolvimento individual (LYNCH, 1997).

A maior fraqueza da região, em aspectos da legibilidade, são os engenhos de publicidade e propaganda. Apesar de serem limitados pelo Decreto nº 8637/2005 se limitam apenas às edificações tombadas unicamente, não estabelecendo uma comunhão com o decreto do conjunto do Núcleo Histórico Urbano. Este fator foi identificado como vilão da compreensão do todo e da valorização do patrimônio urbano. Foi constatado que se adotasse o decreto para as demais edificações do conjunto e com uma gestão direcionada à legitimidade das dinâmicas urbanas, a valorização do ambiente urbano se mostraria presente.

O acúmulo de poluição visual é danoso para a apreensão do espaço de maneira agradável, e foram identificados padrões deste dano visual. Dentre os elementos identificados estão os toldos de publicidade e propaganda, condensadores de ar condicionado, grades e bancas.



Imagem 02: Fotografias com bloqueios visuais destacados.

Fonte: Elaborado pela autora, filtro identificador de poluição visual sobre fotos em visita à campo.

A Rua Halfeld e a Rua Marechal Deodoro estruturam o NHU, são as que correspondem a maior seção de via dentro do decreto, entretanto existe uma desigualdade entre as suas qualidades morfológicas. A Rua Halfeld passou por requalificação e hoje possui uma maior legibilidade de seus bens e uma melhor qualidade estrutural.

5 | RUA MARECHAL DEODORO

No caminhar das vias foi identificada a falta de calçamento que comporte a quantidade de fluxo existente, fato causador de desconforto na Rua Marechal Deodoro. Apesar da via ter sido transformada em rua compartilhada com acesso restrito de automóveis há alguns anos, como o calçamento não foi adequado, mantendo-se a caixa de rolagem da rua em desnível com as calçadas, a apropriação desejada é inibida. Outro fator é a poluição visual encontrada nas perspectivas percorridas ao longo da via, que poderia ser controlado se o agenciamento de intervenções em edificações tombadas abrangesse a escala urbana.

As instituições culturais e edificações históricas são vistas como marcos não valorizados, pois apesar de sua singularidade arquitetônica, sua visibilidade é prejudicada. Grades, postes altos, fiações e bancas de jornais poluem a visão completa destes signos e não usam da capacidade desses lugares de tornar a experiência urbana mais contemplativa.

As esquinas entre galerias e vias são momentos de atenção do observador e de escolhas. Se esses nós não possuem suas passagens claras e contínuas, apesar da diversidade, geram mal-estar no usuário.

Na área do NHU pode-se constatar duas regiões com características distintas,

separadas pela Av. Getúlio Vargas, compreendidas em parte alta (acima da) e parte baixa (abaixo da). Esta divisão é ressaltada pela tipologia comercial e morfológica além de ser confirmada pela ruptura que a avenida provém, logo que a travessia entre as vias não mantém o fluxo contínuo. Na esquina de interseção de três vias, a Batista de Oliveira, a Marechal Deodoro e a Avenida, no cruzamento se acumulam bancas de revistas e jornais, camelôs regulares ou não, e o confuso fluxo de pedestres.

Apesar dos conflitos visuais e funcionais, a Rua Marechal Deodoro possui grande fluxo de pedestres e resguarda o maior número de comércios em varejo, seja em lojas ou comércio informal. Entretanto, se a relação entre meio urbano/morfologia e apropriações não chegarem a uma concordância, o desconforto dos usuários será progressivo.

“Abrigo, sombra, conveniência e um ambiente aprazível são as causas mais frequentes da apropriação de espaço, as condições que levam à ocupação de determinados locais.” (CULLEN, 2009, pag.25)

É preciso enxergar as possibilidades a partir das apropriações encontradas no hoje e o fator histórico de acúmulo de significados para propor Intervenções que valorizem o lugar. A região resguarda a funcionalidade da diversidade comercial, mas na contemporaneidade é encontrada em shoppings, logo revitalizar a região em prol da contínua vitalidade e da possibilidade de novos valores, tanto culturais quanto comerciais, ajudará a garantir a sua vitalidade.



Imagem 03: Fotografias e diagrama com as apropriações da Rua Marechal Deodoro.

Fonte: Elaborado pela autora, filtro identificador de poluição visual sobre fotos em visita à campo.

A imagem abaixo traz um levantamento da apropriação de pedestres, comércios informais e bancas, a partir desta análise buscamos destacar o que a morfologia atual da via reflete na apropriação dos pedestres na Rua Marechal Deodoro. Também é possível compreender as conexões entre vias e galerias, nota-se que uma seção da via marechal possui uma enorme quantidade de galerias e outra não. Isto é reflexo da presença de automóveis, apesar do intenso fluxo de pedestres as calçadas são suprimidas pelos estacionamentos dos dois lados da via.

As fotos destacadas junto ao diagrama constataam alguns padrões de apropriação, na região três imóveis tombados se destacam e o uso institucional acarreta grande quantidade de pessoas durante o dia. A apropriação do largo gerado à frente desses imóveis, que possuem afastamentos diferenciados dos demais edifícios da via, acontece também em períodos noturnos quando o comércio informal de alimentos se instala.

6 | CONCLUSÃO

Como aqui relatado a atividade comercial na região central é tão antiga quanto seus edifícios registrados como patrimônio cultural do município. Além do interesse de salvaguardar os imóveis tombados, resguardar a atividade comercial também é proteger o patrimônio sociocultural da cidade de Juiz de Fora. Além disso integrar o bem edificado ao contexto das atividades do local é de grande importância para sua vitalidade e por consequente sua conservação.

“ a reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio. [...]. Ela deve, antes de mais nada, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais. “ (CHOAY, 2001, p.219)

Após as análises comparativas entre a Rua Marechal e a Rua Halfeld nota-se a presença de uma valorização do patrimônio a partir de uma requalificação urbana, logo que um ambiente propício para apropriações de pedestres interage com a valorização do comércio e do imóvel tombado. As diferenças de valores entre as seções de ruas, parte alta e parte baixa, está diretamente ligada às ações de reestruturação urbana em prol da apropriação do pedestre e da valorização da paisagem.

“O planejamento das áreas urbanas e o planejamento físico territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considera-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso num passado recente. Um diálogo permanente entre os conservadores e os planejadores tornou-se, desde então, indispensável. “ (Declaração de Amsterdam, 1975, p.4)

Logo as ações de requalificação do meio urbano junto à novas diretrizes deverão ser disseminadas em todo o NHU. As ações de requalificação devem refletir as análises feitas em loco, identificando as apropriações existentes no núcleo podemos propor intervenções urbanas que incentivem e às assegurem. Algumas dinâmicas são conflitantes, mas é preciso entender o valor de cada uma para o processo de requalificação e assegura-los através de diretrizes e projetos urbanos.

O decreto do NHU foi muito importante para a conservação do ambiente cultural

do centro de Juiz de Fora, mas para conservar o patrimônio urbano é necessário um plano de gestão baseado em um desenvolvimento sustentável que considere as atividades sociais, culturais e econômicas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nilo lima de; JABOUR JÚNIOR, Wilson coury. **Reflexões e olhares**: o patrimônio cultural de juiz de fora. Juiz de fora: Funalfa, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

CONGRESSO SOBRE PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO EUROPEU, Declaração de Amsterdam, IPHAN, 1975.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 1993.

ESTEVES, Albino de Oliveira, org. Álbum do município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa oficial do estado de Minas.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF, 1985.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, Paulino de. **Pantaleone Arcuri e Juiz de Fora**. S. l.: s. n., 1959.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 46, 51, 52, 53, 62, 73, 75, 76, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 180, 181, 183, 184, 186, 214

Agenda 2030 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147

Algoritmos 89, 90, 91, 92, 93, 94

Apple 188, 190, 192, 193, 194, 198, 199, 200

Arquitetura 40, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 60, 62, 68, 135, 213, 214, 216, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227

Arte 31, 40, 41, 46, 49, 50, 51, 53, 54, 168, 205, 206, 207, 208, 212

B

Biblioteca pública 142, 202, 203, 205, 209, 210, 211

Bibliotecas 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 91, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 180, 182, 183, 186, 202, 203, 204, 205, 206, 211, 212

Biblioteconomia 89, 147, 179, 181, 186, 212

Big data 89, 90, 97, 104

BIM 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228

Braille 74, 75, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 181, 184

C

Casas inteligentes 58, 60, 61, 67, 68

Comunicação 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 53, 61, 89, 109, 117, 130, 136, 155, 156, 181, 191, 192, 217

Conservação 134

Consumo 24, 60, 63, 65, 79, 97, 181, 188, 189, 190, 192, 193, 199, 200

Controladoria 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122

Coparticipação 42, 43, 45

Crime organizado 18, 26

D

Deficiência visual 74, 75, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 147, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Design de ambientes 58, 65, 67, 216

Direito 1, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 22, 23, 25, 46, 51, 90, 101, 102, 103, 104, 142, 163, 203, 207

Dosvox 74, 76, 136, 137, 138

F

Facções 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26

Falência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14

G

Gestão 28, 30, 33, 61, 63, 69, 70, 71, 72, 76, 87, 89, 90, 91, 93, 109, 110, 112, 114, 118, 119, 121, 125, 131, 135, 151, 158, 159, 177, 179, 181, 191, 215, 228

Gestão da informação 89, 90

I

IFAM 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146

Inteligência competitiva 106, 108, 109, 116, 117, 119, 120

IPO 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88

J

Julgamento 3, 4, 11, 91, 100, 110, 207

L

Leitura 51, 54, 75, 126, 130, 131, 139, 144, 145, 157, 181, 183, 184, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Logística reversa 188, 189, 190, 193, 197, 198, 199, 200, 201

M

Mercado de capitais 77, 78, 79, 86

Mineração de patentes 160, 162, 176

P

Patentes 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179

Patrimônio 11, 80, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135

Pessoas com deficiência 53, 73, 95, 96, 99, 101, 102, 103, 104, 136, 141, 142, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187

Planejamento urbano 124, 126, 131

Pobreza 6, 141, 202, 203, 204, 205, 209, 211

Políticas públicas 95, 96, 100, 160, 203, 205

S

Saúde 7, 28, 30, 90, 102, 155, 156, 203, 204

Sistema prisional 21, 26

Sistemas de informação 111, 115

Softwares 36, 66, 69, 145, 148, 155, 167, 172, 221, 222

T

Tecnologia assistiva 74, 76, 136, 137, 138, 181, 183, 187

U

Underpricing 77, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 87, 88

 **Atena**
Editora

2 0 2 0